

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOSJoyce Louback Lourenço¹**RESUMO**

O presente trabalho deseja construir uma perspectiva acerca das tendências dos movimentos e mobilizações sociais organizados na América Latina contemporânea, e as considerações da teoria social aos novos sujeitos sociais emergentes. Para tanto, abordaremos as trajetórias boliviana e argentina, as quais nos informam sobre algumas das principais formas de ação coletiva engendradas após os avanços do neoliberalismo no subcontinente. Ademais, são enfocadas leituras de tal processo, elaboradas por algumas correntes da teoria social contemporânea, as quais contribuem para a formulação de uma interpretação mais próxima ao contexto latino-americano atual. Pretendemos, desta forma, apontar alguns dos principais desafios colocados às Ciências Sociais do subcontinente, a partir da observação de um dos fatores mais significativos para as transformações dos países da região.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina; Teoria social; Movimentos sociais; Neoliberalismo.

1. INTRODUÇÃO

A América Latina assistiu, nas últimas décadas, a uma renovação dos movimentos sociais, processo que resultou no protagonismo de diversos setores populares e na reorganização da vida política e social de alguns países da região. Tal processo insere-se em um quadro geral marcado tanto pelo triunfo do modelo neoliberal quanto pela complexificação da modernidade, em cuja fase atual nota-se uma importante tendência à pluralização da vida social, fator que favorece a propulsão de novas forças populares na condução de um projeto democrático, no qual a cidadania e obtenção de direitos tornam-se centrais. Inaugura-se um importante ciclo de mobilizações sociais, que colocam em sua pauta reivindicatória não apenas o “direito a ter direitos”, mas também a afirmação de novos laços de pertencimento territorial, étnico, de raça, gênero, etc., além da luta pela garantia de autonomia frente ao Estado e às imposições do mercado.

Ademais, o debate em questão inclui definitivamente as novas relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil, as quais são redefinidas a partir dos movimentos e mobilizações populares no subcontinente.

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

Desenha-se, portanto, uma interessante dinâmica de aprofundamento da democracia, que interferiu diretamente na trajetória latino-americana nas últimas décadas, por meio da organização de uma resistência anti-sistêmica, além da criação de novos espaços de participação. Desta maneira, a formulação de alternativas que transcendam os limites impostos pelo paradigma neoliberal desponta como um importante fenômeno, que revela a profundidade da crise social enfrentada pelo subcontinente, assim como os rearranjos societários possíveis, mediante a abertura à pluralização e heterogeneidade das identidades sociais.

O objetivo deste trabalho é compreender o fenômeno da emergência dos novos movimentos sociais na América Latina contemporânea, seus variados aspectos e peculiaridades, estabelecendo um diálogo com as interpretações da teoria social. Pretendemos analisar o escopo das mudanças operadas pela ação de tais movimentos e mobilizações sociais no contexto regional e, sobretudo, no que tange ao aprofundamento da democracia. Para tanto, escolhemos como casos fundamentais a organização

do movimento indígena na Bolívia e as diferentes vias de mobilização social oriundas na Argentina, exemplos bastante eficazes para a percepção das transformações na “política de direitos” (DELAMATA, 2009) e na revitalização da cidadania, proporcionadas, em grande medida, pelo deslocamento dos “lugares da política”, antes confinados à esfera estatal, para a sociedade civil. Interessa-nos saber como tais experiências coletivas e populares conseguiram articular demandas dispersas, por meio da reclamação pela concessão de direitos até então negados a alguns setores da população. Assim sendo, entendemos que os antagonismos sociais e políticos na atualidade são enfrentados através da projeção de novos sujeitos sociais que certamente avançaram no sentido da construção de novas formas de direção política e ideológica da luta anti-sistêmica, além de provocarem alterações, ainda que moleculares, na estrutura social. O debate gerado tanto pela construção da identidade indígena na Bolívia – movimento que deu origem a um amplo processo de reforma político-institucional –, quanto pela “*protestasocial*” argentina – organizada contra os abusos do mercado, e as

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

consequentes perdas sociais resultantes do esgotamento do modelo neoliberal – nos interessa em grande medida, uma vez que põe em manifesto a profundidade e a importância da forma de fazer política às margens do Estado.

Se o que caracteriza o momento histórico atual do subcontinente é a interação entre tradição e modernidade, percebida pelo resgate da ancestralidade, através da afirmação de identidades étnicas, valores comunitários e novas formas de solidariedade, nos perguntamos: em que medida o processo de ampliação dos mecanismos democráticos e as inúmeras alterações no cenário social decorrentes deste movimento colaboram para um processo de ruptura com as práticas e instituições vigentes? Quais seriam os ganhos reais alcançados pelos movimentos de emancipação social nos países em questão, e na região de modo geral, tendo em vista as limitações estruturais das investidas capitaneadas pelas forças populares no enfrentamento da hegemonia neoliberal no subcontinente? A proposição de tais perguntas nos leva à consideração das imbricações desta discussão tanto com o debate que envolve a esquerda latino-americana e seus propósitos na contemporaneidade, quanto com a

teoria social crítica elaborada na região. Nossa análise deseja construir, portanto, uma perspectiva que consiga articular tais dimensões interpretativas e, por fim, colabore para o entendimento do atual ciclo político em curso na América Latina.

Além da análise dos casos boliviano e argentino, estabelecemos como um dos eixos principais deste trabalho a indicação de alguns elementos que possam contribuir para a elaboração de uma teoria social latino-americana, mais adequada aos desafios enfrentados pela região. A partir dos compromissos e pressupostos enunciados, conduziremos nossa análise tentando oferecer uma leitura geral dos movimentos e mobilizações sociais na América Latina contemporânea, por meio de uma orientação que estabelece as diferenças entre a realidade local e as perspectivas clássicas legadas pela teoria social, com frequência, utilizadas no tratamento da questão. Deste modo, a análise dos fatos combina-se a uma crítica aos modelos epistemológicos vigentes, e a construção de um estudo igualmente crítico da trajetória latino-americana, através do exame dos projetos emancipatórios engendrados nos países citados.

2. BOLÍVIA, ARGENTINA E A TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

O estudo do movimento indígena boliviano e das principais expressões da ação coletiva argentina nos oferece um quadro geral dos movimentos populares organizados na América Latina nos quais permitem a compreensão de questões referentes à conjuntura política e social dos países estudados, além de nos conduzir a um debate de natureza teórica, fundamental para os objetivos perseguidos. Nossa realidade impõe desafios às teorias clássicas e, por isso, exige um tipo de orientação mais preocupada com a problemática que envolve as relações atuais entre Estado e sociedade civil e, da mesma forma, as mobilizações sociais propriamente ditas.

Partimos da ideia de que as análises das mobilizações coletivas latino-americanas representam uma tendência que se insere em um contexto ideológico e teórico até então clivado fundamentalmente pelas categorias de análise marxistas. As ações coletivas desenham um horizonte em que os debates tradicionais se deparam com uma realidade particular, dotada de uma dinâmica própria, a qual impõe desafios

muitas vezes não solucionados através da aplicação integral de seus conceitos. Torna-se, pois, indispensável olharmos para os limites e proposições dos elementos consagrados pela teoria social crítica, com o propósito de desvendar os diversos aspectos que compõem as tramas sociais que enredam os novos sujeitos políticos da contemporaneidade. Para além da avaliação dos problemas práticos concernentes aos movimentos bolivianos e argentinos, pretendemos avançar em direção a uma reflexão cujo objetivo é colaborar para a formulação de uma teoria crítica dos movimentos sociais latino-americanos, a partir dos pressupostos da nossa própria realidade.

Nesta seção desejamos construir uma análise acerca do nosso objeto de estudo, a partir de algumas abordagens fundamentais. A primeira delas retoma uma discussão iniciada no início deste trabalho ao mobilizar as contribuições de pensadores como Daniel Bensaïd (2008), autor cujos trabalhos identificam-se com a tradição marxista, e são dedicados tanto à reflexão das transformações provocadas pela hegemonia do capital na modernidade, quanto à avaliação do potencial revolucionário dos movimentos e mobilizações populares em curso na

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

contemporaneidade – o que inclui, necessariamente, os movimentos sociais latino-americanos.

Ademais, o estudo de John Holloway (2003) nos fornece importantes subsídios para o tratamento do tema referente à conquista do poder político pelos movimentos, apontado como o elemento central para a transformação radical da sociedade. Tal debate nos auxiliará na reflexão acerca dos movimentos sociais em destaque neste estudo, os quais, cada um a sua maneira, apresentam novas formas de realizar mudanças e alcançar respostas às suas demandas particulares, mesmo a partir de processos moleculares, longe de ambições revolucionárias. A confrontação natural com o debate marxista contemporâneo é interessante, pois revela os limites e novidades de ambas as abordagens e ainda fornece um panorama da discussão acerca das lutas sociais na atualidade.

Por fim, sintetizaremos o argumento de Emir Sader (2009), cujo trabalho enfatiza a trajetória da esquerda latino-americana, assim como os esforços dos movimentos sociais da região na formação de uma resistência anticapitalista. A crise da hegemonia neoliberal e a consequente abertura de um espaço para o aparecimento de um

“novo bloco de forças progressistas” (SADER, 2009, p. 173) forjaram um ciclo de mobilizações, que agora se transformou em dilema quanto à construção de um projeto *pós-neoliberal*.

Após o mapeamento das teorias que tratam das questões relativas à crítica ao capitalismo e à luta anti-sistêmica, passaremos à análise dos movimentos sociais bolivianos e argentinos, tendo em vista a problematização dos seus dilemas e novidades. Os aportes selecionados aqui serão redefinidos à luz da nossa realidade, respeitando os padrões dos fenômenos em debate. Sugerimos, desta forma, algumas impressões que se dirigem a construção de uma análise abrangente das mobilizações sociais, a fim de contribuir para a elaboração de uma teoria crítica latino-americana.

2.1. CONSIDERAÇÕES MARXISTAS SOBRE OS DEBATES CONTEMPORÂNEOS

A assertiva *mudar o mundo sem tomar o poder*¹ traduz eficazmente a tendência contemporânea de recusa ao conceito clássico de revolução e a adoção de uma via de resistência à

¹ Trata-se do título do livro de John Holloway (2003).

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

opressão que não passa necessariamente pela transformação estrutural da sociedade, como indica o modelo marxista clássico. A fim de compreendermos as mudanças desencadeadas no plano da sociabilidade no período contemporâneo, revisaremos agora algumas leituras elaboradas por analistas herdeiros do legado marxista, as quais revelam como esta vertente da teoria social responde aos processos em curso no mundo contemporâneo (sobretudo, nos contextos periféricos) e, especialmente, às críticas oriundas da teoria social. Deseja-se que os sujeitos sociais excluídos deixem de “negociar suas condições de exploração” e se levantem contra os parâmetros estabelecidos pela democracia capitalista, impondo definitivamente suas demandas e anseios. A atomização dos movimentos sociais e a dispersão dos campos de luta diversos levam a uma constante interiorização do discurso dominante (BENSAÏD, 2008: 33), impedindo, portanto, que a transformação socialista se afirme em face da lógica dominante do capitalismo. O questionamento do papel do Estado, o esvaziamento de conceitos clássicos da teoria social, como *soberania*, *território*, *luta de classes*,

etc., a precarização do mundo do trabalho, além do aparente esgotamento do sindicalismo como força política relevante no campo da mobilização social descortinam um cenário em que a luta social cumpre uma função ambígua e limitada.

Destacamos, ainda, que uma das temáticas frequentes em algumas tendências do pensamento marxista diz respeito à superação do dilema entre partidos políticos e movimentos sociais, cujo influxo se nota tanto na teoria social, quanto no escopo das novas lutas sociais organizadas ao redor do mundo. A crise das formas de representação e o enfraquecimento do Estado pela imposição da agenda neoliberal estimularam a mobilização de setores importantes e, com isso, um interessante processo de reinvenção da democracia, através de ações descentralizadas, cujo mote é dar voz a grupos subalternos. As novas mobilizações populares caracterizam-se, pois, pela negação de possíveis articulações com o Estado, visando o objetivo da sua afirmação como sujeitos autônomos. A construção de um projeto coletivo, contra-hegemônico, democrático e, sobretudo, plural, está alicerçada na ideia de “reconhecimento mútuo das pessoas” e, principalmente, na “dissolução do

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

poder” (HOLLOWAY, 2003: 37), uma investida contra as hierarquias que impediam a representação das novas subjetividades. Hollowayelege o movimento zapatista no México como o “sujeito crítico revolucionário” que assume o desafio contemporâneo de oferecer um novo modelo de sociedade, a partir da criação de um espaço de “antipoder”, fora do âmbito estatal, e da rebelião contra a ordem vigente.

Contrariando o pensamento pós-moderno de que “a hegemonia não tem mais relevância” (EAGLETON, 1998: 115), o marxismo contemporâneo recupera a concepção de que a experiência das lutas deve levar à formação daquilo que Bensaïd chama de *opção política autêntica*, ou seja, uma articulação social que conduza à hegemonia, sem que isso implique na negação do Estado e do poder. Segundo essa vertente, o socialismo ainda figura como o objetivo final, uma alternativa incontestável, que deve necessariamente colocar-se no horizonte dos movimentos sociais.

2.2- O PÓS-NEOLIBERALISMO E A NOVA ESQUERDA LATINO-AMERICANA

A análise dos principais argumentos em que se sustenta a crítica

do pensamento de esquerda nos conduz à leitura do processo que envolve o surgimento das lutas anticapitalistas na América Latina. A crise da hegemonia neoliberal na região levou setores sociais de diversos países à organização e mobilização contra o influxo perverso do modelo. Tal tendência é denominada por Emir Sader como *pós-neoliberalismo*, a qual, apesar de não se constituir como uma alternativa bem fundamentada, diz respeito à negação ao paradigma neoliberal e também a “um conjunto híbrido de forças que compõem as alianças sobre as quais se baseiam os novos projetos” (SADER, 2009: 64).

A organização de uma resposta à degradação cultural, política e social provocada pela globalização neoliberal se faz dentro dos parâmetros impostos pelo próprio sistema, consistindo em uma reação à ideologia predominante colocando novas questões, até então compreendidas pelas identidades clássicas. Segundo Sader, se “as identidades não permitem o vazio, acabam preenchidas por outras” (Ibid.: 61); e essas, devido a sua fragmentação, impuseram grandes dificuldades à construção de uma força hegemônica capaz de mudar definitivamente a realidade. Assim sendo, o *pós-*

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

neoliberalismo marca um período de afirmação de novos grupos sociais, sem que isso resulte necessariamente em uma ruptura radical.

As novas experiências geradas na América Latina a partir da crise do neoliberalismo correspondem a uma tentativa de resistir e minimizar as perdas resultantes do momento de instabilidade. Entretanto, Sader nos indica que, em razão da ofensiva neoliberal, os movimentos sociais insurgentes, assim como as demais iniciativas do campo popular, sofrem uma indefinição no que diz respeito às suas políticas, sobretudo se comparadas aos mecanismos tradicionais de participação. A prática dos movimentos, por vezes, restringiu-se ao plano da denúncia e da ação direta, sem que isso envolvesse ambições políticas ou um desejo claro pela revolução. A atuação dos movimentos esbarrou na presença das ONG's, atores sociais que se caracterizam pela rejeição à política formal, e que operam junto à sociedade civil, em detrimento de um diálogo amplo e permanente com a esfera estatal. Tal fenômeno revela a profundidade do neoliberalismo enquanto ideologia hegemônica, organizadora do social, tendo em vista a imposição “velada” de uma condição

única de ação que se manifesta na organização dos movimentos sociais através da idéia de autonomia, por exemplo.

Ao colocarmos em perspectiva a proposição de Holloway, que enxerga virtudes neste afastamento dos movimentos sociais do Estado e da esfera de influência dos partidos políticos, compreendemos que os limites do *pós-neoliberalismo* estão intrinsecamente ligados a esta tendência, o que coloca em risco seus bons êxitos. Entretanto, de acordo com Sader, “‘o outro mundo possível’ só pode ser criado com novas estruturas de poder, não apenas a partir da resistência de base” (SADER, 2009:141). Em outros termos, é fundamental que os movimentos fujam do isolamento e consigam projetar sua luta, de modo a inserir-se na esfera política. A recuperação e concessão de direitos fundamentais expropriados pelo neoliberalismo somente é possível através da implementação de políticas governamentais que atendam as demandas oriundas da sociedade civil (Ibid.:142). A composição de governos ou alternativas pós-neoliberais deve ter em vista não apenas o aparelhamento do Estado, mas também sua refundação, tornando-o um espaço de disputa

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

legítimo. Através da “democratização” do Estado, e da “*desmercantilização* das relações sociais”, isto é, “tirar da esfera do mercado para transferir para a esfera pública os direitos essenciais à cidadania, substituindo o consumidor pelo cidadão” (Ibid.:147), é possível combater o neoliberalismo e chamar à participação cidadã todos os setores sociais, dentro de uma estrutura que contemple plenamente os anseios populares.

2.3. TEORIA CRÍTICA, MOVIMENTOS POPULARES E A NOVA PAISAGEM SOCIAL LATINO-AMERICANA

A revisão da crítica elaborada pela teoria crítica às novas formas de resistência e combate ao capital nos oferece um importante arcabouço conceitual para a análise dos movimentos bolivianos e argentinos aqui trabalhados. A partir dos pressupostos legados pelas teorias macroestruturais, desejamos fazer aqui uma comparação entre aquelas teorizações que se baseiam nos debates tradicionais e os dilemas próprios da América Latina, os quais, muitas vezes, não são analisados adequadamente pela teoria social crítica. Tentaremos elencar algumas das principais variáveis

vinculadas ao objeto estudado, sem reproduzirmos integralmente os modelos importados das nações centrais. Optaremos por uma análise mais abrangente, tributária de uma visão que nos aponta os problemas próprios do associativismo latino-americano, através da confrontação das leituras feitas pela teoria crítica, e do alcance prático dos processos em curso aqui descritos. A avaliação do processo de formação dos movimentos sociais aqui trabalhados nos fornece os elementos para o debate acerca de sua influência tanto no contexto político, quanto no plano ideológico da América Latina. Faremos uma leitura atenta aos desafios e aos avanços alcançados atingidos no caminho em direção à superação do neoliberalismo.

Cabe ressaltar que nossa análise dos movimentos e mobilizações sociais bolivianos e argentinos destaca a importância das raízes culturais, simbólicas e históricas dos países citados no entendimento dos rumos da ação coletiva, e também na formulação de uma reflexão teórica mais próxima dos dilemas latino-americanos. Ainda que não tenhamos mobilizado diretamente as teorias dos movimentos sociais, o estudo de caso desenvolvido coloca-se em franco diálogo com as

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

interpretações vigentes, na medida em que preconiza os arranjos e desdobramentos relativos ao aparecimento de novos atores sociais na cena pública. O que se mostra fundamental no nosso estudo é a percepção da recorrência de alguns temas e tendências dos movimentos sociais, os quais nos permitem operar em uma linha interpretativa particular.

Assim, após a definição da paisagem intelectual à qual pretendemos confrontar nossa análise, esboçaremos uma leitura dos casos boliviano e argentino, seguindo um caminho que compila os principais temas apresentados pelos movimentos em debate. Trataremos das questões separadamente, procurando estabelecer algum tipo de comparação entre os dois eventos, cujo propósito é definir um quadro geral da ação coletiva latino-americana. Entendemos que ambos os casos selecionados representam duas tendências presentes em quase todas as demais experiências coletivas em curso na região.

2.4. PRINCIPAIS TEMAS E DILEMAS PRESENTES NA AÇÃO COLETIVA BOLIVIANA E ARGENTINA

Identidade

Cumprido destacar agora a preeminência da questão identitária na orientação das novas mobilizações sociais da América Latina. No caso boliviano, a *identidade* étnica emerge em caráter definitivo e traz consigo alguns questionamentos importantes para o tratamento do tema. A tentativa do Estado boliviano em estabelecer uma identidade nacional homogênea, capaz de unir todos os grupos étnicos através da identidade *camponesa*, deu início a um processo em que os sindicatos se estabeleceram como mediador legítimo das relações entre esta população e o Estado. É sabido também que tal esforço não logrou um resultado irrestrito, já que abriu espaço para as mobilizações indígenas, articuladas em torno de demandas como o “reconhecimento estatal da diversidade étnica” (GUIMARÃES, 2009: 91) e a participação política, por exemplo. Os valores tipicamente modernos disseminados pelo Estado foram rechaçados pelos povos indígenas, que se levantaram contra a destruição do seu passado e a negação de um futuro como sujeitos coletivos autônomos.

Concordamos com Domingues (2007) quando afirma que a etnicidade boliviana não é “folclórica”, na medida

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

em que não se afirma baseando-se em traços puramente coloniais, pré-modernos (DOMINGUES, 2007: 27). A ideia de identidade indígena aqui considerada foi concebida “a partir de diferentes memórias sociais, da reconstrução da história e sua atualização na vida cotidiana, da articulação entre passado e presente, tradição e modernidade, denúncias e projetos” (GUIMARÃES, op. cit.: 99). O encontro das razões modernas com a simbologia ancestral e as formas de organização do mundo “arcaico” constroem uma alternativa de intervenção social, sem que se preconize um viés ou outro.

A mobilização dos *cocaleros* e a eleição do líder indígena Evo Morales nos mostra como a chegada ao poder foi inserida no horizonte do movimento indígena boliviano, transformando-o significativamente. Guimarães nos alerta que, para o movimento *cocalero*, a etnicidade é instrumentalizada, tornando-se uma identidade prática, mobilizada com o objetivo de aglutinar os interesses em disputa. O MAS, ao contrário dos movimentos de corte exclusivamente étnico, não evoca temas recorrentes no movimento indígena, como a questão territorial e a reivindicação por um Estado

plurinacional. Estamos de acordo, portanto, com a afirmação de que o movimento consiste em uma “mistura entre componentes étnicos e de classe” (Ibid.: 99) e articula-se de forma a reunir os setores populares, indígenas e médios urbanos. Segundo García Linera, esta disposição conciliadora e aglutinadora dos interesses presentes no país, transforma o processo em curso em uma “revolución democrática cultural o revolución democrática descolonizadora” (GARCÍA LINERA, 2006: 31), uma vez que promove naturalmente uma modificação na estrutura do Estado, e da sociedade de modo geral.

A identidade é, de fato, um tema fundamental para o entendimento da dinâmica da ação coletiva engendrada na América Latina. Quando olhamos para o caso argentino, percebemos que a reconfiguração das subjetividades contribuiu decisivamente para a organização de novas formas de luta empreendidas contra o influxo neoliberal. Como vimos nas seções anteriores, a Argentina assistiu a um processo de transformação das identidades sociais clássicas, e de uma consequente pluralização da sua vida societária. O surgimento de uma massa de desempregados, muitos dos quais

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

oriundos dos setores médios e o empobrecimento cada vez maior dos grupos populares contribuiu para “eldebilitamiento de los mecanismos de integración social sobre los marcos de inteligibilidad social y cultural de los sujetos” (SVAMPA, 2000: 19), determinando a configuração única assumida pelas mobilizações sociais argentinas. O processo de “desnaturalização” impõe ao indivíduo uma nova postura, a qual o obriga a estabelecer uma nova relação com o mundo exterior (Ibid.: 20). Assim, a situação de vulnerabilidade de grande parte da sociedade produziu novas expressões culturais, subculturais e, especialmente, políticas, cujos efeitos foram percebidos tanto no âmbito da vida cotidiana, quanto nos contornos das novas mobilizações sociais. Prova da importância deste movimento de reconfiguração identitária é o aparecimento de novas questões, tais como os temas socioambientais e a formação de novos tipos de militantes, como o ativista cultural.

Outro fator a ser destacado em relação à importância da questão identitária para os movimentos argentinos diz respeito à sua configuração e atuação, a partir da abertura a classes sociais distintas,

detentoras de demandas variadas e, muitas vezes, incompatíveis. Na medida em que incorporam projetos que contemplam a diversidade dos grupos sociais, os movimentos formam sua identidade política e dirigem sua ação para a realização de objetivos próprios. Não há, neste caso, uma identidade pré-estabelecida, que organiza os movimentos de maneira vertical, e sim, uma multiplicidade de interesses que dão origem a uma forma específica de exercer sua atividade reivindicatória. Compreendemos, assim, que as identidades das mobilizações são fortalecidas a partir de suas práticas e sua cultura política é gestada a cada encontro ou ação conjunta. O embate direto com o “inimigo” a ser combatido, ou até mesmo as tensões relativas às diferenças originárias entre seus membros, contribuem para a configuração da cosmovisão do movimento.

Autonomia X hegemonia

Eis outro ponto fundamental para nossa análise. Os diferentes caminhos tomados pelo movimento indígena boliviano e pelas lutas sociais argentinas podem ser lidos, entre outros aspectos, através do dilema que envolve

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

a demanda crescente por autonomia, e a luta pela construção de uma hegemonia política. A resistência anticapitalista erguida nos dois países em destaque nos apresenta como questão essencial o modo como a superação ao neoliberalismo colocou-se no campo ideológico dos movimentos sociais latino-americanos, a fim de resolverem a crise de hegemonia vigente na região (SADER, 2009: 140).

As mobilizações contra a homogeneização das identidades sociais na Bolívia não se encerraram nas exigências por reconhecimento jurídico. A chamada “*politizaçãodas identidades étnicas*” (DOMINGUES, 2007: 27), entre outras coisas, munuiu o movimento indígena de ambições políticas, e direcionou suas lutas pela modificação das formas de participação política. Chegar ao poder e transformar a sociedade a partir do aparelhamento estatal tornou-se um objetivo do movimento ao longo de sua trajetória. No final da década de 90, verificamos que as organizações indígenas assumem definitivamente tal discurso, e seguem reivindicando a “descolonização do Estado” (GUIMARÃES, 2009: 96), assim como a defesa da sua autonomia. A independência dos movimentos em relação à tutela dos partidos políticos e

dos sindicatos torna-se significativa, colocando as ambições por autogestão e auto-representação no centro de sua atuação. Porém, ainda que a organização autônoma seja fundamental para a vida das populações indígenas, percebemos que a necessidade da construção de uma hegemonia é decisiva para a inclusão definitiva desta camada social. A sublevação de Evo Morales à presidência do país define a estratégia da nova esquerda boliviana em direção à constituição de um Estado caracterizado pela presença dos setores populares, força política que se consolida nas urnas e também no plano ideológico.

LuisTapia (2008) nos ajuda a compreender a profundidade da questão boliviana e a trajetória do país rumo à democracia. A experimentação da vida social, assim como os diversos (re)arranjos societários articulados “no subsolo político” (TAPIA, 2008: 85) resultaram na composição de um bloco de forças que logrou projetar-se nacionalmente, tornando-se o protagonista de um momento político cuja marca é a democratização das instituições e das formas de participação. O peso dos movimentos sociais neste processo é imenso, uma vez que sua organização e mobilização

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

conduziram os setores populares – muito especialmente, os povos indígenas – à ocupação de postos de poder, além do reconhecimento e atendimento de suas demandas específicas. Tapia nos fala das formas da política, estabelecendo uma diferença fundamental entre o Estado (e as formas institucionais) e os movimentos sociais. O primeiro é o lugar da política moderna, a qual consagra a reprodução da ordem social, enquanto os segundos dedicam-se à problematização dessa mesma ordem. O surgimento de movimentos sociais implica, portanto, na diversificação de sujeitos políticos e, por isso, desloca o lugar da política, ao abrir novas possibilidades de ação. O autor nos mostra que contra o argumento do enfraquecimento e esvaziamento da política está a noção de que os movimentos sociais promovem uma complexificação da vida social, e uma possibilidade de reconstrução do Estado, uma vez que conduzem a contínuos alinhamentos sociais, tendo em vista os sujeitos sociais e políticos que despontam como reformadores.

Tapia nos mostra que, na Bolívia, encontramos exemplos de protesto, rebelião e mobilização social e política (Ibid.: 63), os quais possuem

uma configuração mais diversa e complexa do que um movimento social. Afirmam-se no país um tipo de ação política que se organiza a partir de estruturas tradicionais, não modernas, cujas ambições referem-se a demandas de inclusão e participação nas instâncias de poder, além de uma reforma que modifique as condições de exploração vigentes. A articulação dos povos originários se faz, portanto, em relação à descolonização das relações entre as comunidades e as instituições modernas, a sociedade dominante, que subordina as culturas tradicionais. Assim, entendemos que, para a compreensão dos desdobramentos políticos na Bolívia atual, é necessário ter em conta a ação dos movimentos sociais, esse “não lugar” da política, em cujo núcleo se articulam as forças que pressionam por mudanças no modelo atual, e pela garantia dos bens e necessidades básicas à reprodução social de setores subalternos. A conjuntura boliviana atual é, pois, entrecortada por um movimento de descentralização política, baseado na crítica aos parâmetros políticos liberais, em especial a democracia representativa, e na demanda por maior participação e inclusão, fatores

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

fundamentais para uma transformação profunda do país.

A despeito das críticas e dos problemas que possivelmente surgirão da combinação dos interesses classistas que compõem o bloco de forças projetadas nacionalmente, a Bolívia vive uma experiência exemplar, sobretudo se considerarmos que, neste momento, há uma força política hegemônica, que opera tanto junto às bases, quanto em âmbito estatal. Ainda é prematuro afirmar se o projeto étnico/democrático em desenvolvimento na Bolívia terá “irradiação continental e mundial” (GARCÍA LINERA, 2006: 30), mas há que se considerar sua importância para os demais movimentos sociais da região. Espera-se, portanto, que se construam alternativas emancipatórias que consigam combinar certo grau de institucionalidade com a manutenção dos “seus círculos locais permanentes na vida cotidiana”, além de “construir pontes com outros contextos, neste caso, globais” (DOMINGUES, loc.cit.: 229).

Se, na Bolívia, o movimento indígena caminhou em direção a institucionalização e conduziu um genuíno – e molecular – processo de transformação social, na Argentina verifica-se uma forte tendência à

autonomia e afastamento dos movimentos. A organização da sociedade civil e a construção de uma alternativa viável de luta em relação aos partidos políticos alcança grande repercussão, e impõe um dilema interessante para as mobilizações sociais de um modo geral. Estamos de acordo com a ideia de que a crítica à democracia deliberativa e o chamamento da população à participação social pela via direta, sem intermediários, são vitais para o bom andamento do regime democrático e para a restauração de uma sociedade em crise. No entanto, concluímos que o enfraquecimento da política formal pode comprometer significativamente os rumos das lutas sociais naquele país.

O caso dos movimentos argentinos é emblemático, haja vista que seu impasse está na sustentação de um discurso anti-institucional, frente à cooptação estatal. A fragmentação interna dos movimentos esgota suas potencialidades, ao impedir a “refundação do sistema político, que segue congelado na reprodução de um ‘peronismo infinito’, cujas inclinações – dúbias, de fato – à esquerda complicam ainda mais a situação” (DOMINGUES, 2007: 35.). A recusa ao poder e às formas de participação política

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

consagradas representa um recuo altamente prejudicial para a organização dos setores populares argentinos. Ao gritarem “*¡que se vayan todos!*”, o movimento *piquetero*, maior expressão dos movimentos sociais do país, manifesta toda a tensão inerente à prática política não-institucional, cujo mote é “manter uma suposta ‘pureza’ da esfera social, que representaria diretamente as ‘bases’ contra as cúpulas, consideradas automaticamente ilegítimas como forma de representação política” (SADER, 2009: 146).

A superação da dinâmica dos partidos políticos e dos sindicatos coloca-se como exigência e orienta os movimentos em direção a uma política autogestionária. A consciência dos seus interesses e a vontade maior de construir uma alternativa própria, sem a outorga de uma identidade pré-determinada, define paulatinamente o tipo de intervenção e o repertório de ação dos movimentos sociais analisados. Na medida em que incorporam projetos e demandas que contemplam a diversidade das organizações, a identidade política do movimento é formada, voltando-se para a realização de objetivos próprios. O embate direto com o “inimigo” a ser combatido, ou até mesmo as tensões

relativas às diferenças originárias entre seus membros, contribuem para a configuração da cosmovisão do movimento.

Os repertórios e discursos das ações coletivas populares analisadas aqui nos apresentam uma importante guinada nas lutas sociais da região. O movimento *piquetero*, assim como as assembléias de bairro e o movimento das fábricas recuperadas propõem a formulação de novas formas de intervenção e enfrentamento do modelo neoliberal. Os temas concernentes ao mundo do trabalho, antes restritos ao debate conduzido pelos partidos de esquerda clássicos, são deslocados para o plano da sociabilidade e adquirem novas significações. A problematização das condições de trabalho, sem dúvida, foi feita alicerçada no repertório herdado dos sindicatos e partidos. Entretanto, construiu-se sob novas bases e formas de atuação, incorporando questões particulares. As atividades dos referidos movimentos mostram que as demandas por boas condições de trabalho, a cobrança pelas perdas dos direitos laborais e também pelo desemprego crescente foram articuladas a partir de arranjos próprios, que incluem a reivindicação pelo direito à participação. Deste modo, entendemos

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

que a crítica a concepção liberal de cidadania alcança reverberação importante, tão significativa quanto o ideal de construção de uma nova sociedade.

Entendemos que os movimentos e mobilizações sociais argentinos lograram alguns avanços no aprofundamento da democracia, mas seu afastamento das instituições comprometeu significativamente os resultados do processo em curso. Se, por um lado, houve uma importante transformação no interior da sociedade, a partir do incremento das formas de participação e decisão, por outro, verificamos que o afastamento dos setores populares da política formal não permitiu que tais resoluções se convertessem em políticas mais abrangentes, ou na participação da população da esfera estatal. Enquanto a Bolívia experimenta um momento de reestruturação do Estado e de integração das camadas subalternas da população, os movimentos argentinos limitaram-se à crítica da visão liberal da cidadania.

Concluimos que o dinamismo inovador dos movimentos sociais revela limites e lacunas importantes, as quais devem ser revistas tanto no âmbito das práticas, quanto pela teoria social. Torna-se, portanto, imprescindível

analisar os pontos em que as lutas locais colocam-se na esteira de um processo maior de emancipação dos seus países de origem, realçando suas formas de organização e atuação junto às estruturas formais. É importante ressaltar ainda que a América Latina vive um período marcado pela emergência de governos populares, os quais introduzem uma nova agenda política e ideológica, que responde plenamente às vozes emergentes no plano societário. Ainda que reconheçamos a importância do surgimento de blocos de poder apoiados – e formados – pelas massas, entendemos que ainda não superamos o neoliberalismo, o qual se mostra vigoroso na maioria dos países e que, nos casos boliviano e argentino, perpetua-se, por exemplo, através da manutenção de sua política macroeconômica, ou pela cooptação dos movimentos sociais, implicando no retrocesso das lutas políticas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: “A REBELDIA DA REALIDADE CONCRETA CONTRA OS DOGMAS²”

A avaliação que desenvolvemos ao longo do trabalho inclui a

²SADER, 2009:125.

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

organização dos movimentos sociais na América Latina e, de modo igual, os termos em que o debate teórico é conduzido no subcontinente. Reconhecemos a contribuição da teoria crítica, seus conceitos e interpretações para a construção de uma reflexão atenta às transformações da dinâmica social na atualidade. Todavia, pretendemos avançar em alguns pontos que consideramos fundamentais, a fim de que não caiamos na armadilha da reprodução pura e simples de categorias que não contemplam plenamente nossa trajetória. Sem incorporar os ideais e objetivos da geração de 68, ou colocar o comunismo como o fim último a ser alcançado, conduzimos uma análise cujo propósito foi reconhecer as fragmentadas, porém progressivas transformações ocorridas na Bolívia e na Argentina no campo dos direitos sociais e da participação cidadã. Tencionamos apresentar um balanço das lutas sociais na América Latina, tendo em vista os contextos específicos de cada país analisado, considerando o modo como “diferentes temáticas se convirtieron em reclamos públicos y éstos em demandas de ciertos derechos” (DELAMATA, 2009: 21), além de avaliarmos as respostas estatais a tais demandas.

Neste sentido, consideramos que as experiências dos movimentos sociais latino-americanos, em especial aqueles oriundos nos países aqui trabalhados são positivas, bem-sucedidas, tendo em vista a execução de um programa que privilegia os anseios de grupos até então sub-representados, o qual que se mostra eficaz no enfrentamento dos problemas colocados por uma conjuntura altamente desfavorável. Entendemos que a organização da sociedade civil em momentos de crise intensa contribui substancialmente para o aprofundamento da democracia, podendo capacitar os indivíduos para a construção de projetos políticos autônomos. Vimos, ainda, que, nos casos estudados, há uma divergência no que tange à formação de projetos políticos mais sólidos, capazes de aglutinar as diferentes forças sociais no âmbito estatal. Contudo, enxergamos virtudes neste caminho que leva à autonomia dos movimentos. O desafio colocado é, de fato, a projeção desses movimentos como forças políticas vigorosas, capazes de refundar a democracia através dos mecanismos de participação tradicionais, mas também é o da resistência às formas de cooptação do Estado e dos partidos políticos, fenômeno que implica na

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

desmobilização e interrupção da marcha em direção a consolidação da democracia nos países da região.

O movimento indígena boliviano nos mostra como a demanda por autonomia e afirmação das identidades étnicas foge ao reducionismo do reconhecimento jurídico, e se coloca como uma força articuladora mais ampla, que passa a exigir, entre outras coisas, a redefinição dos parâmetros da participação política, fundamental para os rumos do *protonacionalismo* indígena. Com efeito, percebemos uma série de problemas vinculados à predominância deste tipo de reivindicação, muitos deles já listados aqui, mas não desejamos situar nossa análise em um polo altamente crítico, que identifica na conjuntura atual um círculo vicioso, eternamente alimentado pelas novas estratégias capitalistas, as quais não oferecem saída da sua condição hegemônica. O caso boliviano nos indica que é possível articular uma plataforma reivindicatória mais ampla, que contemple a luta pelo reconhecimento das identidades subalternas, mas que também seja capaz de incluir questões pertinentes à redistribuição material, assim como ao plano cultural e simbólico da população indígena.

Uma discussão fundamental a ser considerada e que dialoga diretamente com os quadros teóricos apresentados, diz respeito à centralidade do debate de esquerda para a organização das lutas sociais. Vimos aqui uma crítica à fragmentação dos sujeitos sociais e, em contrapartida, uma cobrança quanto a uma articulação dos movimentos em torno dos elementos classistas. Algumas vertentes do marxismo contemporâneo nos sugerem que “o verdadeiro sujeito político é a classe operária” e que, portanto, a luta de classes não se esgotaria diante das identidades e interesses comunitários (BENSAÏD, 2008). Os padrões interpretativos consagrados pelo marxismo nos apresentam uma análise do movimento operário atravessado pelas dicotomias clássicas burguesia-proletariado, capital-trabalho, etc. Percebemos, no entanto, que para o estudo dos movimentos sociais mais recentes, como os *piqueteros* na Argentina, é fundamental adaptar tal tipologia às particularidades de cada organização. O modelo de ação do movimento dos desocupados e de grande parte das mobilizações organizadas no país, vimos, possui um caráter pragmático, estratégico, cuja finalidade é o restabelecimento da

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

normalidade, sem que isso necessariamente envolva um ideal de transformação estrutural.

Assim sendo, entendemos que os movimentos da região, sejam eles mais articulados ou muito fragmentados, propositivos ou apenas “de protesto”, não incluem necessariamente em seu repertório o anseio pela ruptura radical, a qual resultaria em um processo revolucionário, no sentido clássico. O movimento *piquetero* é um bom exemplo desta tendência, na medida em que sua atuação fundamenta-se nos confrontos diretos e na denúncia dos altos índices de desemprego, elementos que destituem tal grupo de ambições revolucionárias. Percebemos, ainda que, no caso do movimento indígena boliviano, há de fato um espaço aberto à politização das identidades, mas entendemos que isso não está ligado à superação do tema da etnicidade, ou à afirmação de uma ideologia política totalizante. Deste modo, respondemos a pergunta inicial acerca do papel dos movimentos e mobilizações sociais na instauração de uma nova ordem social concluindo que, na América Latina, observa-se uma tendência à perpetuação das clivagens de classe, etnia, raça, gênero etc (Id., 2009: 197), mas que opera transformações moleculares

importantes, como, por exemplo, a ampliação dos “não lugares” da política, fundamentais para a democratização dos países da região.

Ainda que de maneira limitada, procuramos apontar as principais questões para a construção de uma teoria crítica mais abrangente dos movimentos sociais do nosso cenário regional. Decidimos confrontar os modos de articulação das lutas sociais na atualidade com o pensamento de esquerda, devido à primazia dos conceitos e parâmetros desta vertente tanto no âmbito da teoria social, quanto no campo das práticas políticas. Assim como Svampa, entendemos que se faz necessário à teoria crítica latino-americana a incorporação de um olhar regional, sem deixar de atender às especificidades das realidades nacionais, além de colocar em relevo a análise das subjetividades, elementos que revelam a lógica por trás das múltiplas facetas assumidas pelos fenômenos políticos da região. Desta forma, a fim de responder as questões relativas à crise hegemônica no subcontinente, nos posicionamos contra os dogmas vigentes, leituras reducionistas e, sobretudo, àquelas interpretações fatalistas ou respostas prematuras a processos ainda em curso.

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

A elaboração de uma sociologia regional, que observa com minúcias os desdobramentos dos processos de construção de uma nova institucionalidade, coloca-se como um importante objetivo para os cientistas sociais do subcontinente, os quais devem assumir a tarefa de pensar criativamente as diversas possibilidades oferecidas pela prática militante e os arranjos societários em constante renovação.

ABSTRACT

This paper aims to provide a perspective on tendencies of organized social movements and mobilization in contemporary Latin America and an assessment on considerations offered by social theory on new emerging social subjects. For this purpose, Bolivian and Argentinian paths will be analyzed, given they provide valuable information about some of the main forms of collective action engendered after the advance of neoliberalism in the subcontinent. Moreover, we focus on interpretations of this process provided by some trends in contemporary social theory which contribute to the formulation of a closer comprehension to Latin American current context. We intend, thus, to point out some of the main challenges Social Sciences face in the subcontinent, through the analyses of one of the most significant transformation factors observed in Latin American countries.

KEYWORDS: Latin America; Social Theory; Social movements; Neoliberalism.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEYRA, Guillermo. *La protesta social em la Argentina (1990-2004) - Fábricas recuperadas, piquetes, cacerolazos, asambleas populares*. Buenos Aires: Ediciones Continente: 2004.

BENSAÏD, Daniel. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. Tradução: Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2008.

DELAMATA, Gabriela. "Introducción" e "¿La ciudadaniapoblana? El movimiento asambleario de Gualeguaychú: la construcción y el reclamo de un derecho colectivo". In: DELAMATA, Gabriela. (Organizadora). *Movilizaciones sociales: ¿Nuevas ciudadanías? Reclamos, derechos, Estado en Argentina, Bolívia y Brasil*. Buenos Aires: Biblos, 2009.

DOMINGUES, José Maurício. *Ensaio de Sociologia: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. "A sociologia brasileira, a América Latina e a terceira fase da modernidade." In: DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, Maria (Organizadores). *América Latina Hoje: conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. "Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades". *Análise de conjuntura OPSA. N°2, fevereiro de 2007*. (Disponível em <http://observatorio.iesp.uerj.br>)

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS
MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

_____. *A América Latina contemporânea: uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Tradução: Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

GARCÍA LINERA, Álvaro. “La estructura de los movimientos sociales en Bolívia”. *OSAL, Observatorio Social de América Latina*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Argentina. Septiembre, 2001.

_____. “El Evismo: lo nacional popular en acción”. *OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VI, n.º 19*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Argentina. Júlio. 2006.

_____. *La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolívia*. Organizador: Pablo Stefanoni. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.

GUIMARÃES, Alice. “A emergência das identidades étnicas na Bolívia contemporânea: Processos e atores”. In: DOMINGUES, José Maurício et. al. (organizadores). *A Bolívia no espelho do mundo*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

GUIMARÃES, César et. al. “Bolívia, a história sem fim”. In: DOMINGUES, José Maurício et. al. (organizadores). *A Bolívia no espelho do mundo*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.

MANEIRO, Maria. “Movimentos Sociais e Estado: uma perspectiva relacional”. In: DOMINGUES, José Maurício e MANEIRO, Maria (Organizadores). *América Latina Hoje: conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SADER, Emir. *A nova Toupeira: Os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SVAMPA, Maristella. *Desde abajo – La transformación de las identidades sociales*. Buenos Aires: Biblos; Universidad Nacional de General Sarmiento, 2000.

_____. “Movimientos sociales en la Argentina de hoy – Piquetes e asambleas”. CEDES, diciembre, 2002. (Disponível em www.maristellasvampa.net.)

_____. “Relaciones peligrosas” – Sobre clases medias, gobierno peronista y movimientos piqueteros. *Revista El Rodaballo*, n.º 15, Buenos Aires, 2004. (Disponível em www.maristellasvampa.net.)

_____. *Cambio de época: movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

SVAMPA, Maristella; PEREYRA, Sebastian. “La política de los movimientos piqueteros”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, Brasil, n.º 15, dezembro, 2004*. (Disponível em www.maristellasvampa.net)

TAPIA, Luis. *Política Salvaje*. La Paz: Mueladeldiablo Editores; Comuna;

TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS SOBRE OS
MOVIMENTOS SOCIAIS BOLIVIANOS E ARGENTINOS

Consejo Latinoamericano de
Ciencias Sociales (CLACSO), 2008.

_____. *La coyuntura de la autonomía
relativa del estado*. La Paz: Muela del
diablo Editores; Comuna; Consejo
Latinoamericano de Ciencias Sociales
(CLACSO), 2009a.

_____. “A transformação do Estado
boliviano”. *DEP – Diplomacia,
Estratégia e Política*. Nº10,
Outubro/Dezembro, 2009b.

THERBORN, Göran. “After dialectics:
postmodernity, post-Marxism, and other
post and positons”. *Handbook of
contemporary european social
theory*. London and New York:
Routledge, 2006.

¹ Doutoranda Sociologia Instituto de Estudos
Sociais e Políticos – IESP UERJ.